

## BOÉCIO: A METAFÍSICA DO SER!

por Paulo Faitanin



Juvenal Savian  
Filho

Juvenal Savian Filho é doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo e graduado em Teologia pela Università Pontificia Salesiana di Roma. Atualmente, é professor do curso de graduação em Filosofia da Unifesp, *campus* de Guarulhos. Estudioso de Filosofia Medieval, interessa-se também pelo pensamento filosófico contemporâneo, sobretudo de matriz fenomenológica, pela teologia cristã, pela filosofia da religião e pelas discussões contemporâneas em torno da epistemologia e das relações entre ética e metafísica. Publicou *O toque do inefável: apontamentos sobre a experiência de Deus em Edith Stein* (Edusc, 2000), *Fé e razão: uma questão atual?* (Loyola, 2005), a tradução anotada dos *Opuscula Sacra de Boécio* (Martins Fontes, 2005), *Metafísica do ser em Boécio* (Loyola, 2008) e *Deus* (Globo, 2008).

A Aquinate agradece ao Dr. Juvenal Savian Filho pela valiosa contribuição com as pesquisas e publicações no campo da Filosofia Medieval no Brasil.

### 1. Como surgiu seu interesse pela Filosofia da Idade Média?

Nos tempos da graduação em Filosofia, fiquei muito entusiasmado com a leitura da “Consolação da Filosofia”, de Boécio, e da “História das minhas calamidades”, de Abelardo. Foi um curso dado com muito esmero pela Professora Marilena Chaui, na USP, quando ela tinha acabado de voltar da Secretaria da Cultura da Prefeitura de São Paulo, no governo da Luíza Erundina. Digo que foi com muito esmero porque ela mesma dizia não ser especialista, mas, como era preciso que o Departamento de Filosofia oferecesse essa disciplina, e como a professora nutria o projeto de escrever uma História da Filosofia, ela ministrou “História da Filosofia Antiga”, num semestre, e “História da Filosofia Medieval”, em outro. Foi magistral. E dado com todo o cuidado que caracteriza o trabalho dela. Além disso, os autores medievais me atraíam pela força de suas argumentações, ao mesmo tempo em que há uma vida que pulsa por trás dos textos. Esse conjunto de fatores foi me conquistando para a Idade Média. Também me interessei por Lógica e Fenomenologia, mas os medievais acabaram vencendo.

## 2. Poderia nos dizer um pouco de sua formação em Filosofia?

Fiz Graduação (1993-1996), Mestrado (1998-2000) e Doutorado (2001-2005), pela USP. Meu mestrado e doutorado foram orientados pela Prof<sup>a</sup>. Marilena Chaui. No mestrado, traduzi os ‘Opuscula sacra’ de Boécio, e, no doutorado, estudei a metafísica de Boécio, especificamente a distinção clássica por ele estabelecida entre ‘esse’ e ‘id quod est’. Com uma bolsa do CNPq passei um ano em Paris, no CNRS, sob orientação da Professora Anca Vasiliu e frequentando os seminários que ela dirigia com os professores Jean Jolivet e Alain Galonnier.

## 3. E como chegou a Boécio?

Justamente no curso dado pela Professora Marilena Chaui, como disse acima. Boécio me entusiasmou pelo tom, digamos, existencial de sua obra ‘Consolação da filosofia’, e pelo rigor argumentativo aliado a uma beleza literária exuberante. Na época, não apresentei seminário sobre ele, mas sobre Abelardo (um trecho da ‘História das minhas calamidades’), mas o trabalho final foi sobre Boécio. Fiz, inclusive, um trabalho de iniciação científica, estudando o problema dos futuros contingentes no livro V da ‘Consolação’. Participava de um grupo de estudos, o CEPAME, liderado pelos professores Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, da PUC-SP, e José Carlos Estêvão, da USP. Mas nenhum deles podia orientar-me (o primeiro, porque era da PUC, e o segundo, porque não tinha ainda tempo de docência para isso). Havia também o Prof. Moacyr Novaes, mas que acabava de chegar de um estágio na Alemanha, e também não podia me orientar. Então, quem me orientou oficialmente, na iniciação científica, foi a Professora Maria das Graças de Souza, que, depois, apresentou meu trabalho à Professora Marilena, que, por sua vez, me convidou para desenvolver o Mestrado com ela. Depois veio também o Doutorado sob orientação dela. E sempre sobre Boécio...

## 4. Sua tese de doutorado foi premiada pela ANPOF...

Foi uma grande honra para mim. A tese foi selecionada pelo Departamento de Filosofia da USP como melhor tese defendida lá, em 2005, e isso se repetiu, em nível nacional, pela ANPOF. Atribuo esta premiação ao estilo da tese, que possui farta documentação, citação de fontes antigas, grande levantamento de bibliografia crítica, além do esforço por apresentar uma argumentação clara e consistente. O prêmio foi o diploma fornecido pela ANPOF e a publicação da

tese, com o patrocínio das Edições Loyola, sob o título ‘Metafísica do ser em Boécio’.

5. Pode nos falar um pouco mais do conteúdo de suas pesquisas sobre Boécio?

Minha primeira pesquisa em torno de Boécio se deu na Iniciação Científica, financiada pela FAPESP, quando estudei o problema dos futuros contingentes no livro V da ‘Consolação’, como disse acima. Não fiz um trabalho com grandes novidades, inclusive porque era apenas um trabalho de Iniciação. Fiquei restrito ao texto do livro V; sequer o relacionei com o comentário de Boécio ao Perì Hermeneías, por exemplo. Desse tema, tenho feito uma abordagem mais completa em meus cursos de graduação, na UNIFESP, nos últimos anos. Mas, na Iniciação, restringi-me a analisar as prosas 5 e 6 do livro V da ‘Consolação’. Quanto ao Mestrado, traduzi os ‘Opuscula sacra’ e compus estudos introdutórios a cada tratado, bem como notas explicativas. A decisão de traduzir esse conjunto de textos deveu-se à dificuldade de estudar Boécio, no Brasil, num momento em que praticamente nada havia sido traduzido, nem no que se refere à sua obra, nem no que toca à bibliografia crítica. Havia apenas uma tradução do ‘De Trinitate’, feita pelo Prof. Jean Lauand, da Faculdade de Educação da USP. Então, reunindo o que pude de bibliografia crítica e das edições da obra de Boécio, além de traduções em língua moderna, dediquei-me à tradução como forma de tomar mais intimidade com seu pensamento e seu estilo. Apesar desse caráter, digamos, estratégico, já avancei algumas interpretações do texto, nos estudos e notas, tomando posições etc. Os ‘Escritos’ (título que escolhi para traduzir ‘Opuscula sacra’) são fundamentais para o estudo do pensamento medieval, seja filosófico, seja teológico. O ‘De Trinitate’, por exemplo, além da reflexão trinitária, com base na categoria aristotélica de relação e num “ultrapassamento” da lógica categorial no discurso sobre Deus, contém ainda a clássica reformulação boeciana da classificação aristotélica das ciências. A importância dessa reformulação pode ser medida pelos comentários que ela recebeu na Idade Média, sobretudo o de Tomás de Aquino. Para citar mais um texto de extrema importância filosófica e histórica, temos o ‘De hebdomadibus’, onde se encontra a distinção que também já mencionei acima, entre “esse” e “id quod est”. Foi estudando esse texto que me decidi a dedicar-lhe minha pesquisa doutoral. Apostei no fato de que Boécio tinha já cerca de 43 anos quando o escreveu, de maneira, portanto, que ele já havia traduzido e comentado a ‘Isagoge’, de Porfírio, os comentários a Aristóteles, as obras sobre o silogismo categórico e hipotético, o comentário aos ‘Topica’, de Cícero, e que escrevia,

mais ou menos na mesma época, o *De Trinitate*, além de já ter escrito os outros *Opuscula*. Esse fato testemunharia da maturidade com que ele se dedicara à redação do *De hebdomadibus*, e isso permitia – é o que procuro mostrar – uma tentativa de interpretar a distinção entre “esse” e “id quod est” a partir do conjunto de sua obra. Não me dediquei ao debate quase infundável em torno da autenticidade da autoria boeciana para esse texto, pois, além de hoje haver fortes razões para aceitá-la, essa questão é quase de somenos importância, afinal, durante toda a Idade Média o *De hebdomadibus* foi atribuído sem hesitação a Boécio. Caso descobramos que ele não é o verdadeiro autor, ainda assim haverá um interesse histórico-filosófico pelo trabalho de interpretá-lo a partir do conjunto da obra de Boécio, pois assim é que ele foi lido pelos pensadores medievais. Minha tese, então, consiste nesse trabalho. Proponho, inicial e provisoriamente, uma interpretação do texto (capítulo 1), apresentando os resultados das pesquisas mais recentes sobre as fontes de Boécio (o que remonta ao pensamento bizantino, e não apenas greco-romano). Em seguida (capítulo 2), faço um estudo amplo sobre a concepção boeciana da linguagem, pois é nesse contexto que temos contato com a maneira como Boécio fala das entidades abstratas, dos inexistentes e de um par de noções fundamentais para a tese, a “*qualitas communis*” e a “*qualitas singularis*”. A primeira equivaleria a uma forma universal, transcendente e presente no espírito divino (a “*humanitas*” dos humanos, por exemplo), enquanto a segunda seria a forma imanente que informa o ente (por exemplo, a “*platonitas*” de Platão). Além disso, a segunda seria imagem da primeira. Na continuidade (capítulo 3), procuro averiguar o léxico metafísico de Boécio, rastreando, portanto, todas as ocorrências de termos referentes à substância, à forma, ao ente etc. É nesse momento que se manifesta a continuidade léxico-conceitual que me parece perpassar a obra de Boécio. Isso não quer dizer que não tenha havido ambiguidades em seus textos; também não pretendo atribuir-lhe uma uniformidade que aplane suas variações lexicológicas, mas procuro demonstrar uma certa concepção metafísica que se foi desenhando claramente ao longo de sua obra e que se exprimiu por um vocabulário mais ou menos homogêneo. Nesse momento, também, trago à tona as principais interpretações do *De hebdomadibus* oferecidas na história da filosofia, tanto de filósofos como João Escoto Eriúgena ou Tomás de Aquino, por exemplo, como de críticos modernos como Pierre Hadot e Bruno Maioli, entre outros. Por fim, apresento minhas conclusões, as quais creio poder resumir em torno de uma ideia básica: a distinção entre “esse” e “id quod est” é concebida para referir-se às substâncias finitas, pois ‘esse’ equivaleria à forma que estrutura e informa a matéria sensível, constituindo, com esta, a substância individual. Trata-se, então, do “esse”, princípio do “id

quod est”, que deriva, mediante o ato criador de Deus, das Formas puras que residem na mente divina. Como forma imanente e individual, o “esse” seria uma imagem (“imago”, sic) dessas Formas transcendentais. É muito importante notar o modo como Boécio traduz em latim noções aristotélicas como “tò ón”, “ousía”, “tò tí ên êinai”, entre outras. Seu trabalho de tradução permitiu-me, ainda, entender como a distinção entre “id quod est” e “esse”, presente em seu texto, permanece inscrita no quadro aristotélico da distinção entre a substância primeira (“ousía proté”) e a substância segunda (“deútera ousía”), sem permitir que se vejam, aí, as conotações dadas por Santo Tomás à distinção entre o ente e a essência. Por outro lado, também não se pode pretender, com esse vocabulário aristotélico tão flagrante em Boécio, que sua filosofia seja estritamente aristotélica, pois a subsistência das Formas transcendentais no espírito divino – as quais se refletem nas formas imanentes – indicaria uma filiação que nós chamaríamos também de platônica. Concluo a tese justamente apontando para a dificuldade de classificar a obra de Boécio seja como aristotélica, seja como platônica, seja como neoplatônica. E aponto para algo como um “ecletismo” que lhe será típico, o ecletismo não de uma somatória aleatória de dados convenientes, mas de uma síntese refletida a partir de elementos apropriados para a elaboração de seu próprio pensamento. Estaria aí, a meu ver, a razão pela qual os pensadores medievais nunca consideraram a obra de Boécio como simples compilação, mero comentário, ou algo que o valha, mas como um momento fundador.

6. Também publicou uma obra intitulada *Fé e razão: uma questão atual?* Conte-nos um pouco sobre ela e diga se continua estudando esse tema.

A obra nasceu do meu interesse pelo que ficou conhecido como a questão das relações entre fé e razão. Lendo autores como Agostinho de Hipona e mesmo Justino de Roma ou Tertuliano, sempre identifiquei uma simbiose entre a experiência de fé e a revelação, de um lado, e o trabalho racional-filosófico, de outro, que me parecia anacrônico o discurso a que estamos acostumados em torno da “conciliação” entre fé e razão. Mesmo Tertuliano, que se perguntava o que Jerusalém tinha que ver com Atenas, não condenava o trabalho da razão, mas, sim, as racionalidades produzidas pelo trabalho filosófico do mundo Antigo. Então, passei a dedicar-me ao estudo da questão, chegando à leitura de Tomás de Aquino, para quem também não haveria exclusão entre os dois domínios do saber, o saber da fé e o saber filosófico. Chegando, porém, aos modernos, vi como se instala uma cisão entre o domínio da razão, caracterizado pela demonstração com bases empíricas, e o domínio da fé, que foi sendo cada vez mais associada ao domínio da vontade ou do “subjetivo”.

Mas intrigava-me que muitos modernos passassem a conceber a fé como um tipo de experiência sem nenhum valor cognitivo, nem mesmo no tocante ao conhecimento da estrutura da pessoa humana. Descartes e Kant seriam o ápice de uma cisão como essa. Talvez a raiz esteja ainda na Idade Média, com a divisão das áreas do saber, mesmo que o interesse de muitos autores, como Duns Escoto ou Ockham, por exemplo, não fosse outro senão o de preservar a originalidade da fé e da teologia. Mais remotamente, ainda, talvez possamos radicar essa divisão no interesse acentuado pelos estudos independentes de Lógica, despertado pela “reintrodução” de Aristóteles no Ocidente. De qualquer modo, perdeu-se a ideia, clara em Tomás, por exemplo, segundo a qual a fé é um ato da razão (movida pela vontade, é verdade, mas fundamentalmente como ato da razão). Então, produzi uma série de artigos, chegando até a obra de Edith Stein, por exemplo, e de alguns contemporâneos como Michel Henry e Jean-Yves Lacoste, ou mesmo a encíclica “Fé e razão”, do papa João Paulo II. Em função da movimentação surgida em torno da encíclica, organizei um debate, na USP, entre a filósofa Marilena Chaui e o teólogo Francisco Catão, para discutir o texto papal. Depois desse tempo de pesquisas, culminando com o texto do debate, eu tinha uma coletânea de artigos que decidi reunir e publicar. O livro saiu pelas Edições Loyola. Defendo até hoje que ainda há, da parte da filosofia “acadêmica”, uma má compreensão da questão, justamente porque ainda se fala da fé como um ato que não se radica na razão em unidade com a vontade. Mas, se a fé não é um ato da razão, ela seria um ato de quê? Mesmo que se faça uma distinção, à Kant, entre Razão (Reinen) e Entendimento (Verständnis), talvez caiba a pergunta: mas o Entendimento não pode obter nenhum tipo de dado a partir da experiência humana de fé? Mas o que é pior é um desinteresse prático, observado na filosofia acadêmica, que faz mesmo evitar o debate em torno da natureza da fé. Quem perde é a própria pesquisa filosófica, que pode passar ao largo da complexidade da experiência humana. Há certamente razões psicológicas e políticas para esse desinteresse, mas a perda teórica que daí decorre me parece lastimável.

7. Vemos que estudou também Teologia. Como se deu isso?

Cheguei à Teologia por interesses pessoais, além, evidentemente, de interesses teóricos, em continuidade com a minha formação filosófica. Fiz, então, o Bacharelado em Teologia, no Instituto Teológico Pio XI, mantido pelos salesianos, em São Paulo. Ao final, sob orientação do Prof. Francisco Catão, fiz um trabalho de soteriologia, articulando a visão do agir salvador de Jesus em três autores estratégicos: Máximo, o Confessor; Tomás de Aquino; e Karl

Rahner. Isso me rendeu o diploma outorgado pela Università Pontificia Salesiana di Roma.

8. Você tem fé? Acha que isso é um empecilho para os estudos acadêmicos de Filosofia na Idade Média, posto que interesses apologéticos ou ideológicos poderiam condicionar esses estudos?

Sim, eu creio em Deus. E minha experiência mostra que em absolutamente nada isso é um empecilho para os estudos de Filosofia. Muitíssimo pelo contrário, pois a vida de fé intensifica minha sensibilidade pela experiência humana e alarga os horizontes da minha compreensão dessa experiência. Para usar uma metáfora bergsoniana, a vida de fé, quer dizer, a vida de comunhão com Deus, é como a água da piscina para um nadador. Com o tempo, o nadador se acostuma tanto com a água, que ele experimenta uma relação vital com ela; ela é a condição de sua atividade de nadador, mesmo que ele sequer pense nela. No caso dos estudos de Filosofia na Idade Média, eu compreendo que a fé possa despertar um certo receio crítico, no sentido de que os autores medievais sejam instrumentalizados para interesses apologéticos ou ideológicos, mas vejo, também, em sentido contrário, como a fé pode tornar o medievalista mais sensível às problemáticas filosóficas e teológicas típicas da Idade Média. De qualquer modo, no meu trabalho, não tenho nenhum motivo para fazer um uso ideológico dos autores. Mas percebo que, no meio acadêmico brasileiro, ainda há muito preconceito contra as pessoas de fé. A razão disso? Ainda não consegui perscrutá-la. É curioso que pessoas de fé que estudam filosofia moderna ou contemporânea não sofrem tanto com isso, mas os medievalistas, sim. Até o presente momento, essa atitude me parece explicar-se pela desrazão do preconceito. Parte desse preconceito se deve, certamente, a uma certa instrumentalização dos textos, feita por estudiosos religiosos, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, mas estamos em outro momento da historiografia, quando isso já foi praticamente superado. Na Europa, onde isso foi mais forte, um tal preconceito é atualmente muito menos importante. Por aqui, vivemos quase sempre com algum atraso... E ainda vejo muito ressentimento no Brasil. E o ressentimento se transforma rapidamente em obscurantismo e violência.

9. Como você vê a área de estudos de Filosofia Medieval no Brasil?

Vejo de maneira muito positiva. Houve um tempo em que se produziram trabalhos demasiadamente “genéricos”, sobre Filosofia na Idade Média, mas, ultimamente, temos visto trabalhos muito vigorosos, especializados, que

revelam intimidade sempre crescente com a língua latina, domínio de bibliografia e metodologia crítica, contato com importantes centros de estudos medievais no exterior etc. Além disso, tem crescido o interesse pela área, sobretudo porque os departamentos de filosofia, no Brasil, têm rompido com o costume de “saltar” a Idade Média, na historiografia, e têm contratado professores especializados para ministrar, ou mesmo criar, a disciplina de História da Filosofia Medieval. Tem-se visto, também, que há muita coisa por fazer no campo da História da Filosofia na Idade Média. O campo da Lógica é um exemplo privilegiado, pois, mesmo no exterior, temos muitas pesquisas sobre Lógica na Antiguidade, Modernidade e Contemporaneidade, mas nada proporcional no tocante à Idade Média. A percepção dessas possibilidades tem feito que centros se criem pelo Brasil. Atualmente, não é mais somente a USP, a UFRJ, a UFRGS, a PUC-SP e a PUC-RS que têm medievalistas atuantes, mas também a UFF, a UFRN, a UFES, a UnB, a UFsCar, a UFSE, a UFMG, a UFMT, a UNIFESP, a UFAL, a UFSC, a UFBA, a UFPB, além de instituições privadas de ensino superior de menor projeção. Os trabalhos ainda são um pouco heterogêneos demais, mas há condições para que todos esses centros atinjam um bom nível de especialização. Eu citaria também o interesse crescente que se tem observado pela Filosofia Medieval Árabe e Judaica, a ponto de o projeto pedagógico da UNIFESP, por exemplo, prever duas disciplinas específicas para essas áreas, com dois docentes especializados. Em 2009 contratamos dois especialistas para ministrá-las.

10. Também publicou um livro intitulado *Deus*. Fale-nos um pouco sobre essa obra.

Essa obra nasceu “sob encomenda”... A Editora Globo, que lançou a coleção ‘Filosofia Frente & Verso’, procurou-me, em virtude da minha formação, para escrever um livro sobre Deus, para iniciantes, ou seja, leitores interessados em Filosofia, mas sem intimidade com a História da Filosofia. Adotei, então, a postura mais crítica possível, apresentando alguns autores estratégicos que trataram do tema. Comecei pelos gregos, que falam de Deus, mas sem a conotação religiosa moderna a que estamos acostumados, passei pelos medievais, em que o discurso sobre Deus estava ligado a uma prática religiosa, cheguei aos modernos, em que, novamente, se insiste, da parte de alguns filósofos, num “divino sem religião”, e concluí com os contemporâneos, mostrando como, segundo diferentes tradições, criam-se visões de Deus muito distintas, mas que nem sempre resistem a uma análise racional (tradição psicanalítica, por exemplo, com a associação freudiana entre fé e ilusão, e a reabilitação winicottiana, por exemplo, da experiência de fé, em correlação

com os chamados fenômenos transicionais, ou uma certa tradição científica, por exemplo, que pretende tomar a fé como excludente da ciência etc.). Em todo caso, procurei mostrar que é possível afirmar a existência de Deus sem perder, em nada, a racionalidade do discurso. E, no final do livro, há uma seleção de excertos, com a qual o leitor pode ter contato direto com o texto dos filósofos.

11. Quais suas perspectivas de pesquisa em Filosofia e/ou Teologia?

Pelo momento, desenvolvo uma pesquisa sobre os antecedentes das noções de tempo, presciência e livre-arbítrio, tais como elas aparecem em Boécio. Tenho o desejo de traduzir alguns textos também de Boécio, sobretudo o segundo comentário à 'Isagoge' de Porfírio, o 'De syllogismo categorico' e o 'De hypotheticis syllogismis'. Além disso, gostaria de muito de estudar a teoria das virtudes em Santo Tomás, a partir da perspectiva das relações entre intelecto e vontade na produção dos atos livres; numa palavra, a psicologia dos atos livres. Mas isso ficará para o futuro. Também me agrada o pensamento de Edith Stein... Em Teologia, me agradam muito a teologia transcendental de Karl Rahner e a teologia estética de Von Balthasar. De vez em quando, com base em minhas pesquisas pessoais, publico um artigo ou outro de teologia. Uma vida não basta para tudo isso... Mas meu trabalho acadêmico, sem dúvida, está enraizado no estudo de Boécio.